

EUA rebaixam classificação do Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

Numa decisão que deverá reforçar a atitude dura que os bancos dos Estados Unidos assumiram em relação ao Brasil após o anúncio da moratória, em fevereiro passado, uma comissão interdepartamental do governo americano rebaixou a classificação da dívida brasileira de longo prazo para "sub standard".

Não houve alteração em relação aos empréstimos de curto prazo, que estão sendo pagos. Esses continuarão a ser classificados como "outros problemas de transferência de risco", a mais benigna das quatro categorias usadas pelas autoridades bancárias de Washington para sinalizar dificuldades com os empréstimos dos bancos americanos a cerca de 75 países.

"Essa é a primeira vez que a comissão rebaixa o crédito de um país antes de se esgotar o prazo de noventa dias (a partir do qual

os bancos deixam de poder contabilizar os juros)", notou um banqueiro a este jornal. "Ao fazer isso, o governo está obviamente enviando um forte sinal aos bancos de que devem assumir imediatamente as perdas de receitas em seus empréstimos para o Brasil", acrescentou.

(O presidente do Banco Central — BC, Francisco Gros, irá reunir-se com o comitê dos bancos credores no próximo dia 10. Segundo o comunicado divulgado ontem pelos bancos, nesse encontro Gros deverá expor aos credores "os planos econômicos" do governo e tratar de "medidas provisórias" sobre a dívida — ver página 27.)

O Bank of America e o Morgan Guaranty Trust, segundo e quinto maiores credores americanos do Brasil, respectivamente, captaram o sinal. Pouco depois do fechamento do mercado de ações, ambos anunciaram uma medida que, segundo o consenso das fontes financeiras, será amplamente seguida hoje por outros bancos e poderá pôr em risco as linhas de curto prazo.

Mela hora depois do fechamento do mercado, o Morgan informou, em Nova York, que colocara seu US\$ 1,3 bilhão de empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil na situação de "non-accrual", passando a registrar em seus livros apenas os pagamentos que forem efetivamente recebidos. Pouco antes, o Bank of America, que há duas semanas anunciara a possibilidade de tomar esse caminho, confirmou, em São Francisco, que colocara o US\$ 1,9 bilhão de empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil numa "base de caixa".

(Segundo analistas de Wall Street ouvidos pela agência AP/Dow Jones, a elevação dos juros americanos a clientes preferenciais seria mais uma forma de os bancos compensarem as perdas com empréstimos ao Brasil do que propriamente uma tendência generalizada de reajuste das taxas motivada por fatores econômicos. Ontem, o índice industrial Dow Jones da Bolsa de Nova York,

depois de cair 27 pontos, fechou em alta de 11,36 pontos e ficou em 2.316,05 — ver página 28.)

O Bank of America, que há dois anos já opera no vermelho, estima que a decisão lhe custará uma perda adicional de receita de US\$ 40 milhões no primeiro trimestre e de cerca de US\$ 100 milhões durante o ano, se a suspensão de pagamentos persistir. (Normalmente, os bancos contabilizam em seus balancetes, no fim do mês, um valor correspondente à parcela mensal de juros, embora os pagamentos só sejam feitos trimestral ou semestralmente, dependendo do contrato.)

(Continua na página 26)

EUA rebaixam classificação do...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

O Morgan informou que terá uma perda de receita de US\$ 20 milhões no primeiro trimestre, nos quais estão incluídos US\$ 4 milhões de juros não pagos relativos a 1986. As taxas de juro atuais, o banco calcula que poderá ter sua receita diminuída em US\$ 72 milhões em 1987, caso a moratória brasileira continue.

Três outros bancos americanos, o Citicorp, o Continental Illinois e o Marine Midland, já haviam anunciado, anteriormente, a possibilidade de terem de vir a escriturar seus empréstimos brasileiros como "non-accrual". Fontes financeiras disseram a este jornal que, uma vez que um banco como o Morgan tomou a iniciativa, todos os bancos farão o mesmo a partir de hoje. "Como acionista deste banco, eu poderia processar a diretoria caso eles não o façam", exemplificou um alto executivo de um grande banco de Nova York.

"Na prática, a colocação dos empréstimos brasileiros numa 'base de caixa' significa que os bancos americanos estão impedidos de continuar emprestando para o Brasil", acrescentou.

O rebaixamento oficial do crédito brasileiro parece armar um cenário extremamente carregado para as conversas que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, terá em Washington, na semana que vem. Fontes financeiras interpretaram-na como uma indicação do ânimo com que os representantes americanos participarão dessas conversas.

A decisão de Washington foi comunicada aos bancos através de um memorando de uma página datado de 26 de março, que começou a ser recebido pelo correio no início desta semana. "Diante da falta de um programa abrangente de estabilização, da ausência de negociações substanciais com os credores e do caráter indefinido da moratória sobre os pagamentos, os créditos ao Brasil são classificados 'sub-standard', com exceção dos créditos comerciais e dos créditos interbancários que estão sendo remunerados, os quais são designados 'outros problemas de transferência de risco'", informaram as autoridades.

O memorando, que contém uma breve exposição factual sobre o Plano Cruzado e seu fracasso, sugere a disposição de reclassificar para cima, o quanto antes possível, os cerca de US\$ 30 bilhões em créditos que os bancos americanos têm no Brasil. "A próxima revisão do Brasil está marcada para outubro. Contudo, uma mudança significativa da situação levaria a uma reconsideração antecipada", lê-se no texto.

A comissão responsável pela decisão — o Interagency Country Exposure Review Committee — é composta por nove altos funcionários: três do Federal Reserve Board (Fed), três do escritório do Comptroller of the Currency (a autoridade bancária do Departamento do Tesouro) e três da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), a agência governamental que garante os depósitos nos bancos a ela afiliados. Eles se reúnem três vezes por ano para classificar os empréstimos dos bancos americanos no exterior.

A comissão começou a operar informalmente em 1979, para atender, de forma coordenada, aos pedidos de orientação dos bancos. Em 1983, com a eclosão da crise da dívida, sua existência foi legalizada. Por óbvias razões diplomáticas, as decisões da comissão não são confirmadas publicamente. "Nós não fazemos comentários sobre classificação de empréstimos, seja a um país, seja a uma pessoa", disse a este jornal Lenora Cross, a porta-voz do Comptroller of the Currency.

A decisão sobre o Brasil foi iniciada na revisão de março passado, que já estava marcada e, por coincidência, acabaria ocorrendo dias após a decretação da moratória. Segundo um funcionário familiarizado com o processo, é normal que decorra um período de um mês entre a reunião de revisão e a comunicação da decisão aos bancos, pois a recomendação da comissão tem de ser submetida à alta hierarquia do Fed, da FDIC e do Tesouro.

Fontes bancárias disseram, contudo, a este jornal, que não vêem nada de casual no fato de a comissão ter decidido reclassificar a dívida brasileira antes que se esgotasse o prazo de noventa dias após o vencimento dos primeiros pagamentos de juros, a partir do qual, pelas normas vigentes, os bancos devem colocar seus empréstimos na situação de "non-accrual" ou "non-performing", na qual ficam impedidos de contabilizar o recebimento dos juros em seus livros.

"Esta é a primeira vez que isso ocorre", afirmou um banqueiro, lembrando que nos casos da Argentina, da Venezuela, que frequentaram temporariamente a classificação "sub-standard" em 1983 e 1984, e mesmo do Peru, que teve seus créditos rebaixados para a categoria "valor prejudicado" — uma abaixo da nova classificação brasileira — a comissão só agiu bem depois de esgotado o prazo de noventa dias.

A categoria "sub-standard" não implica cobertura obrigatória de reservas pelos bancos. Mas a decisão do Morgan e do Bank of America, de assumir de imediato as perdas sobre seus empréstimos, torna irrelevante este aspecto da questão.

Lamentando que as relações dos credores privados com o Brasil "tenha chegado a este ponto", um executivo de um banco com forte presença no Brasil disse a este jornal: "Eu aposto que a decisão de colocar os empréstimos numa base de caixa será interpretada de forma errada no Brasil. Vão dizer que os bancos estão, finalmente, sofrendo perdas. Isso tudo é lamentável, pois não precisava ter acontecido", desabafou o banqueiro.